

Preço dos Alimentos

A evolução do IPCA ao longo de 2000 é melhor compreendida quando se analisam três categorias de bens e serviços que compõem o índice:

- a) aqueles que têm, de alguma forma, seus preços administrados (por exemplo, energia elétrica, telefonia, água e esgoto, planos de saúde, etc.);
- b) derivados de petróleo e álcool combustível;
- c) alimentos.

Os preços administrados foram tema de quadro específico no Relatório de Inflação de dezembro de 1999. As outras duas categorias são abordadas neste Relatório. Este quadro analisa a evolução do preço dos alimentos até o terceiro trimestre de 2000, bem como suas perspectivas até o final do ano.

Ao contrário dos preços administrados e dos derivados do petróleo, que têm pressionado a taxa de inflação sistematicamente ao longo do ano, o preço dos alimentos teve evolução dual. No primeiro semestre, o preço dos alimentos surpreendeu e registrou variação negativa (-1,65% no sub-grupo Alimentação no Domicílio). Em consequência, a taxa de inflação no semestre ficou abaixo do esperado (1,64%). Em contrapartida, no segundo semestre o quadro se alterou e o preço dos alimentos começou a subir acima dos demais preços da economia (com exceção dos preços administrados) devido, basicamente, a fatores climáticos.

A queda no preço dos alimentos no primeiro semestre foi particularmente intensa no caso de cereais, frutas, carnes, aves e ovos. Concorreram para esse resultado a safra recorde de grãos, o declínio sazonal no preço da carne com o fim da entressafra e o bom comportamento do clima. Além disso, a queda do preço da carne vermelha provocou recuo do preço das carnes de frango e suína no período. Cabe ressaltar que a queda de preços não foi generalizada, e já no primeiro semestre observou-se pressão nos sub-grupos açúcar e leite.

Desde julho, os alimentos passaram a pressionar a taxa de inflação. A ocorrência de geadas e secas no País produziu forte impacto no preço dos alimentos *in natura* e vários produtos tiveram sua entressafra antecipada, como a carne e o leite. No caso da carne, essa antecipação provocou um aumento de preços que só era esperado nos últimos meses do ano. Houve também casos de quebra de safra como a cana-de-açúcar, milho, trigo e feijão. Vale observar que a quebra da safra de cana-de-açúcar também afetou o preço do álcool combustível.

A alta da carne bovina provocou, adicionalmente, a elevação de seus substitutos, carne de frango e de porco. A carne de frango foi também pressionada pelo aumento no preço do milho. Como

resultado, os itens que mais contribuíram para a elevação da inflação de alimentos nos meses de julho e agosto foram o feijão, o milho, o açúcar e derivados, o leite e derivados e as carnes em geral. Vale observar que, não obstante os problemas climáticos, a safra de grãos em 2000 deverá ser superior à verificada em 1999, registrando novo recorde de produção.

A expectativa é de que, até o fim do ano, os preços dos alimentos apresentem estabilidade, ou até mesmo algum recuo. Esse cenário é reforçado pela reversão das condições climáticas desfavoráveis. A antecipação do período de chuvas favoreceu as pastagens, com efeitos rápidos sobre o preço da carne e substitutos e do leite. Note-se que o preço do leite começou a cair já em agosto. Da mesma maneira, a regularização da oferta de carne deve ocorrer com maior antecedência do que nos anos anteriores.

A reversão dos preços do feijão e do milho deverá ocorrer com maior lentidão. No caso do feijão, a importação tem sido prejudicada pela menor oferta externa. Desse modo, a queda do preço do produto só deverá ocorrer com maior intensidade a partir da colheita do final de ano. As perspectivas para o preço do milho foram prejudicadas pela menor safra esperada dos Estados Unidos.

Finalmente, a quebra da safra de cana-de-açúcar deverá continuar exercendo pressão altista sobre a inflação até o fim do ano, visto que a nova safra somente chega ao mercado em maio de 2001. Note-se, contudo, que os efeitos do aumento do preço do álcool combustível foram amenizados com a redução da mistura do produto na gasolina, de 24% para 20%, pelos leilões oficiais do produto, pela venda de estoques da Brasil Álcool e pela maior fiscalização governamental de práticas anticompetitivas nos postos de gasolina.